



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA**



RHENAN LEMES DINIZ SILVA

**NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreensão a partir da ótica dos cadetes de
2024.**

GOIÂNIA-GO

2024

RHENAN LEMES DINIZ SILVA

**NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreensão a partir da ótica dos cadetes de
2024.**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação de MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof. Ma. Sophia Wieczorek Lobo.

GOIÂNIA-GO

2024

**NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreensão a partir da ótica dos cadetes de 2024.**

**GENERAL TEACHING STANDARDS OF THE MILITARY POLICE ACADEMY OF
THE STATE OF GOIÁS: the perception of understanding from the perspective of
the 2024 cadets.**

Rhenan Lemes Diniz Silva ¹

Sophia Wieczorek Lobo ²

Resumo

O trabalho buscou responder quais melhorias podem ser realizadas para a internalização das regras de ensino de cadetes do curso de formação de oficiais do Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, definindo a Gestão do Conhecimento para melhoria de funcionamento do Serviço Militar, trazendo soluções práticas para os órgãos de ensino e propondo a criação de um “Manual do Aluno”. Para tanto, foram adotados como procedimentos investigativos a pesquisa aplicada; método de raciocínio dedutivo; abordagem qualitativa; pesquisa exploratória; procedimentos e técnicas baseados na pesquisa bibliográfica, documental, e levantamento de dados por questionário. Como resultado, verificou-se por meio de questionário aplicado aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO se eles consideram que um "Manual do Aluno" contendo regras visuais e sumarizadas facilitaria o entendimento das normas, oportunidade em que majoritariamente a pesquisa apontou para a criação de um “Manual do Aluno”, ficando demonstrado que a criação do manual irá trazer melhorias para as regras de ensino, como instrumento pertinente e adequado.

Palavras-chave: Curso de Formação de Oficiais; Regras de Ensino; Manual do Aluno.

Abstract

The work sought to answer what improvements can be made to better internalize the rules for teaching cadets in the officer training course of the Military Police Teaching Command of the State of Goiás, defining Knowledge Management to improve the functioning of the Military Service, bringing practical solutions to educational bodies and proposing the creation of a “Student Manual”. To this end, applied research was adopted as investigative procedures; deductive reasoning method; qualitative approach; exploratory research; procedures and techniques based on bibliographical and documentary research, and data collection via questionnaire. As a result, it was verified through a questionnaire applied to the Cadets of the 47th Class of the Officer Training Course - CFO whether they consider that a "Student Manual" containing visual and summarized rules would facilitate the understanding of the rules, an opportunity in which the majority of research pointed to the creation of a “Student

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais – 47ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: rhenan760@gmail.com. Telefone: (62) 98493-0803.

² Orientadora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Perita Criminal da Polícia Técnico-Científica de Goiás. Graduada em Química pela Universidade de Brasília, Especialista em Gerenciamento de Projetos, Mestre pela Universidade de Brasília e Doutoranda em Química pela Universidade Federal de Goiás. Email: sophia.wieczorek@gmail.com. Telefone: (62) 98294-6669

Manual”, demonstrating that the creation of the manual will bring improvements to teaching rules, as a pertinent and appropriate instrument.

Keywords: Officer Training Course; Teaching Rules; Student Handbook.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste estudo foi analisar as Normas Gerais de Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, verificando a percepção de internalização dessas normas pelos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO, sob a ótica da gestão do conhecimento.

De maneira geral, o tema em apreço é de grande relevância para a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, tendo em vista que, o ensino é uma atividade fundamental no âmbito das Polícias Militares, proporcionando aos seus membros a necessária capacitação, habilitação e aperfeiçoamento técnico-profissional para o exercício de seus cargos dentro da corporação bem como um exercício eficiente (Bolsonaro; Vilarinho; Hamada, 2021). Dessa forma, as normas de Ensino dão legitimidade para o desempenho de suas atividades, bem como regem as relações entre Discentes e Docentes do órgão de ensino, além disso, concede segurança jurídica para as decisões destes órgãos, não dando azo para discussões temerárias, visto que possuem fundamentações consistentes (Luchetti, 2006).

A Academia da Polícia Militar de Goiás é responsável pelo desempenho das atividades de ensino no âmbito da Instituição, seja para a realização de cursos de formações, bem como de adaptação e aperfeiçoamento (Goiás, 1990). Além da existência de normas atualizadas e robustas para o regimento das suas atividades, é necessário que haja a facilitação para a internalização destas normas pelos discentes (Souza *et al*, 2011). Assim, para uma atuação efetiva da Academia de Polícia Militar é de suma importância que os alunos saibam quais são as normas que estão regendo as suas atividades e como deverão se portar dentro do estabelecimento de ensino.

Atualmente, o Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM) possui no seu arcabouço de normatizações de ensino (i) o Regimento de Ensino pela Portaria n. 13313/2020 (Goiás, 2020); (ii) o Regulamento da Academia de Polícia Militar pelo Decreto n. 3.540/1990 (Goiás); (iii) o Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101, que trata das funções do Serviço de Dia do CAPM (Goiás, 2015); (iv) o Decreto n. 145/1971 que regulamenta o departamento de Instrução da Polícia Militar do Estado (Goiás, 1971), e; (v) a

Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás estabelecida no Anexo Único/2023 – PM/DIR.ENS-CAPM-16345 (Goiás, 2023).

Atualizar e unificar normativas constitui em um desafio institucional para a memória organizacional (De Sá Freire, 2012). Similarmente, as normas que regem as atividades de ensino do CAPM são não de acesso facilitado. Diante da problemática, questionou-se como os cadetes do CFO 2024 melhor internalizariam as normas de ensino? Como hipótese, teve-se que, comum nas Universidades e faculdades brasileiras, o “Manual do Aluno”, por vezes denominado “Manual do calouro” seria uma opção por ser disponível ininterruptamente ao ingressante e por conter didaticamente as regras e procedimentos a serem seguidos (Quintiliano-Júnior, 2020).

De modo a atingir o objetivo principal deste trabalho, que é propor melhorias para a internalização das regras de ensino de cadetes do curso de formação de oficiais do Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, e trazer soluções práticas para os órgãos de ensino, adotamos como procedimentos investigativos a pesquisa aplicada; método de raciocínio dedutivo; abordagem qualitativa; pesquisa exploratória; procedimentos e técnicas baseados na pesquisa bibliográfica, documental, e levantamento de dados por questionário.

Ao realizar o estudo das normas de ensino da Polícia Militar de Goiás, e sendo notado alguma deficiência na compreensão destas normas por parte dos cadetes de 2024, o trabalho respaldou-se em metodologia adequada para o caso, pretendendo dar uma resposta objetiva para a resolução dos problemas encontrados, discutindo acerca da hipótese levantada.

2 REVISÃO TEÓRICA

A gestão do conhecimento desempenha um papel fundamental nas organizações privadas, públicas e militares para a criação, manutenção e evolução dos conhecimentos necessários à sua existência (Pereira; Dos Santos; Brito, 2005).

O processo evolutivo trouxe consigo novas técnicas, conceitos e ferramentas para atender as necessidades das organizações modernas que passaram a ser criadas, e essas técnicas gerenciais passaram a serem aplicadas em busca de vantagem competitiva. Dentro desse cenário, a Gestão do Conhecimento (GC) se tornou sinônimo de inovação organizacional, tornando uma ferramenta fundamental para as atividades empresariais, conforme elucidado por Stankowitz (2021).

Batista (2012) elenca a diferença da importância da GC no setor privado e público, destacando que para o último é uma ferramenta para o enfrentamento de desafios,

implementação de inovação e melhoria da qualidade de processos, produtos e serviços, tendo como foco o cidadão-usuário, de forma imediata, e a sociedade, de forma mediata.

A GC pode ser definida como um conjunto de ações e mecanismos para a sistematização das informações e saberes organizacionais, envolvendo etapas desde a criação até armazenamento e disseminação (Brasil, 2022).

A Organização Internacional de Padronização (do inglês *International Organization for Standardization*, ISO) especifica requisitos gerais e específicos para a implementação de sistemas de gestão produtivos. No âmbito da GC, a norma ISO 30401:2018 aponta as diretrizes para apoio para implantação e certificação de Sistemas de Gestão do Conhecimento.

A norma dispõe de oito princípios necessários aos Sistemas de GC: (i) natureza do conhecimento - sendo esse intangível e complexo, originado da experiência humana e de *insights*; (ii) valor – o conhecimento é fonte de valor de uma organização e a GC é a forma de desbloquear o valor potencial do conhecimento; (iii) foco – deve atender ao planejamento estratégico organizacional e às necessidades da instituição; (iv) adaptabilidade – as abordagens devem ser customizadas para a empresa que empregará o sistema de GC; (v) entendimento compartilhado – considera a interação entre as pessoas através de conteúdo, processos e tecnologias; (vi) meio ambiente – que é o ambiente de trabalho que deve, obrigatoriamente, estimular o ciclo de vida do conhecimento; (vii) cultura – fundamental para a eficácia do sistema, e; (viii) iteração – processo de fases que incorpora a aprendizagem através de *feedbacks*. (ISO, 2018)

Desta forma, Segundo a Professora. Dra. Lillian Alvares (2018) elucida que o sistema da gestão do conhecimento abrange diversos aspectos, tais como: a aquisição de novos conhecimentos; a aplicação do conhecimento atual; retenção do conteúdo atual; manipulação do conhecimento desatualizado ou inválido;

Já para Nonaka e Takeuchi (2008) a Gestão do Conhecimento é um processo interativo e dinâmico que abarca a criação, conversão e utilização do conhecimento dentro de uma organização. Os supracitados autores propõem o modelo SECI, sigla utilizada para descrever quatro modelos de conversão do conhecimento: Socialização - transferência entre conhecimentos tácitos; Externalização - transformação do conhecimento tácito em explícito; Combinação - reunião e combinação de diferentes conhecimentos explícitos para criar conhecimentos; e Internalização - conversão do conhecimento explícito em tácito. Dessa forma, os autores informam que a Gestão do Conhecimento não se trata pura e simplesmente de um processo técnico, mas também de uma abordagem cultural e organizacional que valoriza a criação e o compartilhamento do conhecimento.

É possível depreender que o sistema da gestão do conhecimento é bastante amplo, sendo um processo que engloba uma gama de facetas e fases distintas, tais como aquisição, aplicação, transmissão, retenção, manipulação, externalização e internalização de conhecimento, sendo cristalino que o conhecimento é o centro de todas essas ações, tudo gira em torno do conhecimento.

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento dentro de uma organização surge substancialmente dos colaboradores. A obtenção, geração, codificação e compartilhamento de conhecimentos implícitos e explícitos é realizada no ambiente laboral em grande parte. Portanto, esses ambientes devem fomentar e facilitar a criatividade, inovação, aprendizado e educação contínua (Brasil, 2022).

Outro ponto que merece destaque é a diferença entre a gestão do conhecimento e gestão da informação. Apesar de que em um primeiro momento possam parecer sinônimos, e até muitas das vezes confundidas, a Professora. Dra. Lillian Alvares (2018) nos ensina que a gestão do conhecimento inclui a codificação do conhecimento e, portanto, envolve a criação de informações. Uma vez codificado o conhecimento (por exemplo, em um documento), ele está sujeito a processos de gestão da informação, como armazenamento e recuperação. Entretanto, muitos dos conhecimentos existentes dentro de uma organização não são codificados e, portanto, não estão sujeitos a processos de gerenciamento de informações.

Como toda organização, não é suficiente que o conhecimento dentro da polícia militar seja transmitido de um policial militar a outro. É necessário que a instituição acompanhe a evolução social, ampliando os seus meios, criando tecnologias de armazenamento e transmissão, com instalações compatíveis com cada faceta do conhecimento.

Depreende-se, portanto, que é essencial que a instituição fomente condições para que os policiais militares criem e ampliem conhecimentos, incluindo nesses processos a formação continuada de um policial militar dentro da Academia de Polícia Militar. A atuação policial militar, o processo decisório que o operacional enfrenta, a abordagem policial, técnicas de defesa pessoal, normas legais são tipos de conhecimento previstos na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública que frequentemente perpassam pela atualização e evolução, senão por influência dos pares (Brasil, 2014).

Dentro da criação do cenário de aprendizagem é indispensável que se tenham regras e normas de ensino que regem as atividades de ensino, neste sentido, não basta que se tenham as normas, é indispensável que essas normas sejam compreendidas pelos alunos que frequentam a instituição de ensino para que possam adquirir conhecimentos da melhor forma possível, momento em que se mostra essencial a existência de um “manual do aluno”.

Importante destacar que o referido “manual do aluno” precisa ser o mais específico possível e com amplo conhecimento das normas de ensino, contendo as principais exigências da instituição de ensino, as rotinas básicas dos alunos, quais atividades deverão desempenhadas pelos discentes, como devem se portar dentro da instituição de ensino, quais serão os seus métodos avaliativos, horários básicos de aulas, quais são os seus direitos e deveres e regras básicas de convivência (Salles, 2021).

Outrossim, o Manual deverá trazer tudo que o aluno precisa saber para aproveitar da melhor forma possível sua passagem pela instituição de ensino, além de informações que lhe guiarão ao longo de sua trajetória na Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás. É importante ressaltar que o Manual apresenta um resumo conciso do funcionamento da Academia de Polícia, entretanto, este conteúdo não substitui normas, informações e similares. O Manual será apenas um facilitador do aprendizado das normas de ensino, não tendo o condão de substituir as respectivas normas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como aplicada. Utilizou-se o método de raciocínio dedutivo; com abordagem qualitativa, tratando-se de pesquisa exploratória e os procedimentos técnicos adotados foram os de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados por questionários.

A pesquisa aplicada é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para a aplicação imediata dos resultados. Contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade. Na pesquisa aplicada, o pesquisador busca orientação prática à solução imediata de problemas concretos do cotidiano. Barros e Lehfeld (2007). Assim se classificou essa pesquisa, pois dentre os seus objetivos está levantar a solução para a dificuldade dos cadetes de 2024 na compreensão das normas de ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, trazendo uma solução prática para o problema como a criação do Manual do Aluno.

Quanto ao método de raciocínio, baseou-se no dedutivo. Esse é um método racionalista, em que a razão é tida como a única forma de se chegar a algum conhecimento certo e verdadeiro. Importante destacar que o presente método é fruto de uma cadeia de análise geral para uma análise particular, formando um raciocínio tido como descendente, de onde se tira uma conclusão. Neste método é utilizado o silogismo, tem-se duas premissas, de onde se retira uma terceira premissa, logicamente decorrente da análise das duas primeiras premissas, onde se chega a um conhecimento logicamente verdadeiro (Almeida, 2023). Ao realizar uma análise prévia da literatura, foi possível depreender que no Sistema de Gestão do Conhecimento possui princípios, axiomas e teoremas gerais que podem ser aplicados ao cenário específico da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A abordagem qualitativa, por sua vez, é a abordagem em que reina a interpretação de fenômenos por intermédio da observação dos sujeitos que modificam uma determinada realidade. Neste caso, temos uma participação dinâmica do pesquisador, que se estabelece no campo de pesquisa através de entrevistas e observação direta para a coleta e análise de dados (Hair, 2005; Prodanov; Freitas, 2013). Importante salientar que foi selecionada como metodologia por ter sido realizada uma interpretação por meio da observação direta da realidade dos órgãos de ensino.

A pesquisa exploratória, adotada neste artigo, é o tipo de pesquisa que objetiva uma aproximação do pesquisador com o tema, visando torná-lo mais acostumado com os fatos e fenômenos associados ao problema em estudo. Ao realizar este tipo de pesquisa, o pesquisador busca subsídios, não somente visando determinar uma relação existente, mas, sobretudo, objetivando conhecer seus tipos de relação (Silva; Menezes, 2001; Silva, 2004; Marconi; Lakatos, 2001, 2005).

Como método de pesquisa ainda foram utilizados outros procedimentos e técnicas, tais como pesquisa bibliográfica no Google Acadêmico de artigos dos últimos 5 (cinco) anos com a descrição “gestão do conhecimento”, “Manual do Aluno” e “Polícia Militar”. Além disso foi realizada pesquisa documental baseada no Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, 3ª edição (IS-3-PM) e nas Normas Gerais de Ação do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás de 2023. Quanto ao levantamento de dados por questionário, selecionou-se como amostra intencional não probabilística os Cadetes do Curso de Formação de Oficiais de 2024 por estarem na transição entre o conhecimento teórico e prático. O levantamento foi realizado por meio da plataforma Google Forms, em que a anuência do respondente não identificado foi realizada através de Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido. Os dados foram tratados pela aplicação Google Planilhas associado ao Google Forms.

A pesquisa bibliográfica pode ser entendida como o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, tendo como exemplo os livros e artigos científicos, bem como as páginas de web sites, permitindo ao pesquisador tomar conhecimento do que já se estudou sobre determinado assunto (Fonseca, 2002). Já a pesquisa documental corresponde a toda informação coletada, sendo a coleta realizada de forma oral ou escrita bem como visual. A referida pesquisa compreende a coleta, classificação e utilização das diversas espécies de informações (Fachin, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obteve-se do questionário aplicado aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO, no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), um total de 53 respostas de um total de 103 Cadetes, correspondendo a uma taxa de resposta de 51,5%, intervalo de confiança de 95% e erro de 9,5%.

A primeira seção do questionário se relacionava ao perfil sociodemográfico dos respondentes. Assim, no quesito faixa etária, 71,7% (n=38) encontram-se entre 20 e 30 anos; 26,4% (n=14) possuem de 31 a 40 anos, e; 1,9% (n=1) possui idade entre 41 a 50 anos de idade. Quanto ao sexo, 86,8% (n=46) são do sexo masculino e 13,2% (n=7) são do sexo feminino. Quanto ao estado civil, 56,6% (n=30) são solteiros, 35,8% (n=19) são casados e 7,5% (n=4) estão em união estável. Também fora perguntado acerca da descendência, em que 73,6% (n=39) não possuem filhos e 26,4% (n=14) possuem filhos. Sobre a formação educacional, 54,7% dos cadetes (n=29) possuem ensino superior completo e 45,3% (n=24) possuem especialização. Percebe-se, portanto, que a amostra é majoritariamente pertencente ao pico da idade produtiva (Corrêa *et al*, 2016), ao sexo masculino (Musumeci; Soares, 2004), solteiros, sem filhos e com formação acadêmica consolidada, compatível com a expectativa editalícia (Doroteu, 2017). Os dados encontram-se sumarizados na tabela 1.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos respondentes

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
20 a 30 anos	38	71,7%
31 e 40 anos	14	26,4%
41 e 50 anos	1	1,9%
Sexo	Frequência	Porcentagem

Feminino	7	13,2%
Masculino	46	86,8%
Estado civil	Frequência	Porcentagem
Casado	19	35,8%
Solteiro	30	56,6%
União Estável	4	7,5%
Descendência	Frequência	Porcentagem
Possuem filhos	14	26,4%
Não possuem filhos	39	73,6%
Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Superior completo	29	54,7%
Especialização	24	45,3%

Fonte: Elaboração própria (2024)

Levantou-se, ainda, o tempo em que os respondentes são integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, 81,1% (n=43) possuem até 5 anos; 13,2% (n=7) possuem entre 6 e 10 anos; 3,8% (n=2) possuem entre 11 e 15 anos, e; 1,9% (n=1) possui entre 16 a 20 anos, correspondente ao recorte realizado. Os dados mencionados encontram-se na tabela 2.

Tabela 2. Perfil dos respondentes

Tempo de PMGO	Frequência	Porcentagem
Até 5 anos	43	81,1%
De 6 a 10 anos	7	13,2%
De 11 a 15 anos	2	3,8%
De 16 a 20 anos	1	1,9%

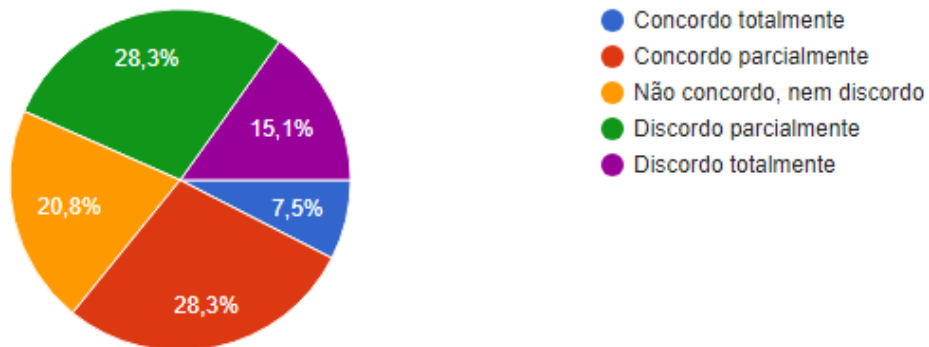
Fonte: Elaboração própria (2024)

A segunda seção do questionário era destinada ao levantamento da percepção dos cadetes quanto às normas de ensino da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM).

Quanto a primeira pergunta do questionário referia-se à Portaria n. 13.313 de 2020, que traz o Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás - 3ª Edição. Neste sentido, foi arguido sobre o grau de concordância dos cadetes acerca da sentença “conheço com a profundidade necessária ao exercício do trabalho”. Como resposta, 28,3% (n=15) dos cadetes concordaram parcialmente; 28,3% (n=15) discordaram parcialmente; 20,8% (n=11) não concordaram, nem discordaram; 15,1% (n=8) discordaram totalmente, e; 7,5% (n=4)

concordaram totalmente. Portanto, no valor agregado, 35,8% concordaram em algum grau enquanto 43,4% apresentaram discordância em algum grau (figura 1). Dado o alto grau de erro associado, pode-se inferir que há espaço para melhorias na aprendizagem do regulamento voltada à atividade exercida.

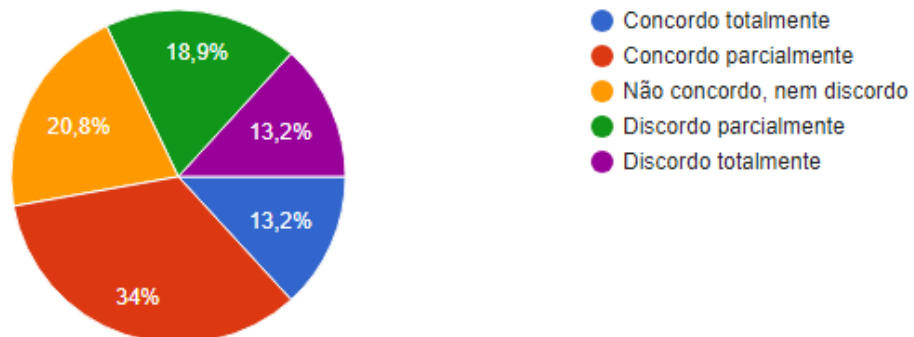
Figura 1 – Percepção da internalização do Regimento de Ensino regulamentado pela Portaria n. 13313/2020



Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre o conhecimento do Regulamento da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Decreto n. 3.540/1990, foi questionado o grau de concordância sobre seu o conhecimento, em profundidade necessária ao exercício do trabalho. Concordaram parcialmente 34% (n=18) dos cadetes; 20,8% (n=11) não concordaram, nem discordaram; 18,9% (n=10) discordaram parcialmente, 13,2% (n=7) discordaram totalmente, e 13,2% (n=7) concordaram totalmente. O valor agregado das concordâncias foi de 47,2% e das discordâncias foi de 32,1%. A visualização gráfica dos resultados pode ser conferida na figura 2.

Figura 2 – Percepção da internalização do Regulamento da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

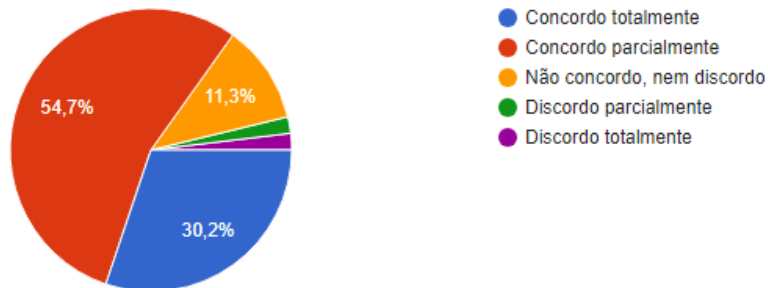


Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto ao conhecimento do Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101, foi inquirido aos respondentes o grau de concordância com “conheço com a profundidade

necessária ao exercício do trabalho o Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101, que trata das funções do Serviço de Dia do CAPM”. Foi respondido por 54,7% (n=29) que concordavam parcialmente; 30,2% (n=16) que concordavam totalmente; 11,3% (n=6) que não concordavam e nem discordavam; 1,9% (n=1) que discordavam totalmente, e; 1,9% (n=1) que discordavam parcialmente. O valor agregado demonstra 84,9% de concordâncias e 3,8% de discordâncias. Quanto ao PAP 101 conclui-se que a porcentagem dos cadetes que concordam (conhecem o Procedimento Administrativo Padrão 101) é superior aos que discordam, demonstrando que as regulamentações de caráter prático são mais bem absorvidas pelos ingressantes na corporação. Os dados são mostrados na figura 3.

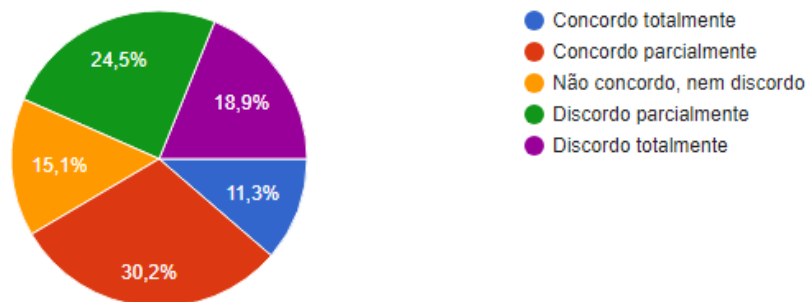
Figura 3– Percepção da internalização do Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Similarmente, os respondentes foram inquiridos sobre seus conhecimentos acerca do Decreto n. 145/1971, que regulamenta o departamento de Instrução da Polícia Militar do Estado de Goiás. A concordância parcial foi de 30,2% (n=16); a discordância parcial foi de 24,5% (n=13); a discordância total foi de 18,9% (n=10); a neutralidade foi de 15,1% (n=8), e; a concordância total foi de 11,3% (6%). No valor agregado, a concordância em qualquer grau foi de 41,5% e a discordância foi de 43,4%, conforme demonstrado na figura 4.

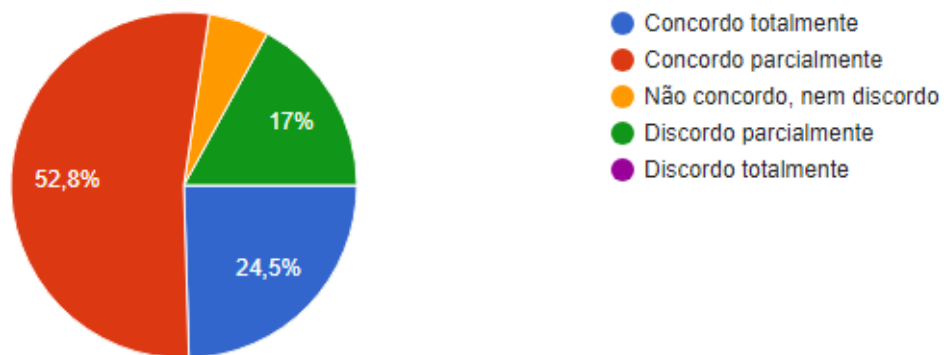
Figura 4 – Percepção da internalização do Decreto n. 145/1971.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre a Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (NGA), conforme figura 5, 52,8% (28) afirmam conhecer parcialmente a norma com profundidade necessária ao exercício do trabalho; 24,5% (n=13) afirmam conhecimento total da norma; 17% (n=9) apresentam alguma discordância frente à afirmação, e; 5,7% (n=3) não concorda nem discorda. Quanto a Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (NGA) foi possível concluir que a porcentagem dos cadetes que concordam (conhecem a NGA) é bastante superior aos que discordam, 41 cadetes (77,3%) concordam e 9 (17%) discordam.

Figura 5 – Percepção da internalização da Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (NGA).



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao se questionar em que forma se deu acesso do respondente às normas, obsevou-se que majoritariamente foram através de whatsapp (52,8%, n=28), seguido de instrução (34%, n=18), site de buscas (7,5%, n=4) e site institucional (5,7%, n=3). Neste sentido, conclui-se que a maioria acessou tais documentos pelo whatsapp. Outrossim, cumpre mencionar que Queiroz, Santos e Silva (2017) apontaram que o uso intenso dos aplicativos de mensagens instantâneas causa efeitos sobre as relações trabalhistas, aprimorando a comunicação em rede.

Outro questionamento foi realizado acerca da dificuldade de acesso as normas de ensino, sendo respondido por 37,7% (n=20) que acharam fácil, 37,7% (n=20) acharam regular, 9,4% (n=5) acharam difícil, 7,5% (n=4) muito difícil, 5,7% (n=3) muito fácil, 1,9% (n=1) não sabe opinar. Quanto ao acesso, foi possível concluir que a maioria dos cadetes não teve dificuldade de acesso.

Ainda foi perguntado aos cadetes qual foram os métodos utilizados para internalizar as informações das normas que tiveram acesso. Foi respondido por 84,9% (n=45) dos cadetes que internalizaram pela leitura do documento; 13,3% (n=7) por leitura de resumos; 1,9% (n=1) por

aplicação prática no formato de estágio. Dessa forma, conclui-se que a maioria internalizou as normas que tiveram acesso por meio da leitura. Cumpre destacar que o achado não é compatível com a Pirâmide de Aprendizagem de Glasser (Sprenger, 2008), que expõe que apenas 10% é aprendido através da leitura, tratando-se de um processo de estudo passivo, podendo ser, portanto, uma falha metodológica quando da eleição dos termos.

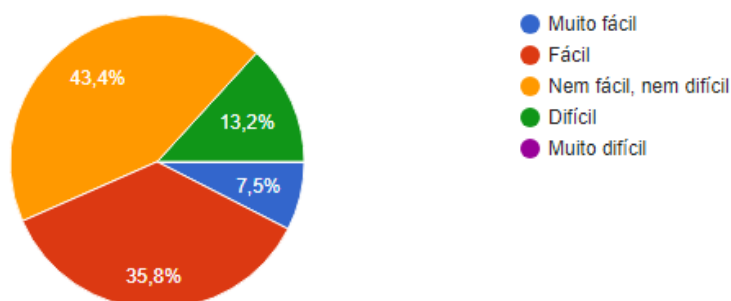
Também foi questionado em relação as normas que tiveram acesso, como eles consideraram o seu entendimento delas, ocasião em que foi respondido por 52,8% (n=28) dos cadetes “bom”; 28,3% (n=15) “razoável”; 11,3% (n=6) “muito bom”, e 4 (7,5%) pouco. Conclui-se que a maioria dos cadetes possui um bom entendimento das normas.

Neste mesmo sentido, foi perguntado a respeito da compreensão dessas normas, 23 cadetes (43,4%) consideraram nem fácil nem difícil, 19 (35,8%) consideraram fácil, 13,2% (n=7) consideraram difícil, e; 7,5% (n=4) consideraram muito fácil. Sendo assim, infere-se que a maioria considerou as normas de ensino de fácil compreensão.

Figura 6 – Compreensão das normas de ensino.

A compreensão dessa(s) norma(s) foi:

53 respostas



Fonte: Elaboração própria (2024).

Outro ponto que foi questionado refere-se ao grau de importância que o cadete considera das normas que tiveram acesso. Na ocasião foi respondido que 54,7% (n=29) consideraram importante, 26,4% (n=14) consideraram muito importante, 17% (n=9) razoavelmente importante e apenas 1,9% (n=1) considerou pouco importante. Não resta dúvidas que a maioria dos cadetes consideraram importantes as normas de ensino que tiveram acesso.

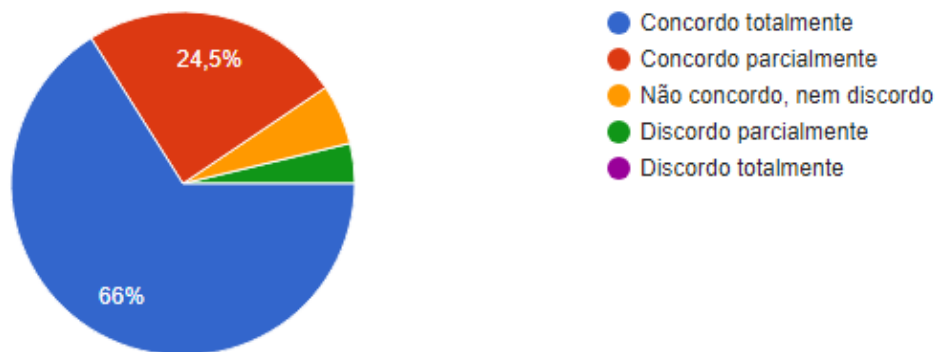
Visando a atingir o objetivo principal deste trabalho, que é propor melhorias para a internalização das regras de ensino de cadetes do curso de formação de oficiais do Comando de

Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, e trazer soluções práticas para os órgãos de ensino, adotamos como procedimento investigativo o levantamento de dados por questionário.

Além da existência das normas de ensino, necessário se faz a criação de um cenário de aprendizagem, sendo indispensável que essas normas sejam compreendidas pelos alunos que frequentam a instituição de ensino para que possam adquirir conhecimentos da melhor forma possível, momento em que se mostra essencial a existência de um “manual do aluno”, nos moldes das universidades e faculdades, uma vez que todos apresentavam formação acadêmica superior consolidada.

Neste sentido, foi perguntado aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO se eles consideram que um "Manual do Aluno" contendo regras visuais e sumarizadas facilitaria o entendimento das normas, oportunidade em que foi respondido por 66% (n=35) dos cadetes que concordavam totalmente que a criação do manual facilitaria a compreensão; 24,5% (n=13) concordaram parcialmente; 5,7% (n=3) não concordaram nem discordam, e; 3,8% (n=2) discordaram parcialmente. Com as respostas dos cadetes demonstra com clareza a necessidade pela criação do “Manual do Aluno”, conforme pode ser averiguado na figura 7.

Figura 7 – Percepção da facilitação internalização das regras através do “Manual do Aluno”.



Fonte: Elaboração própria (2024).

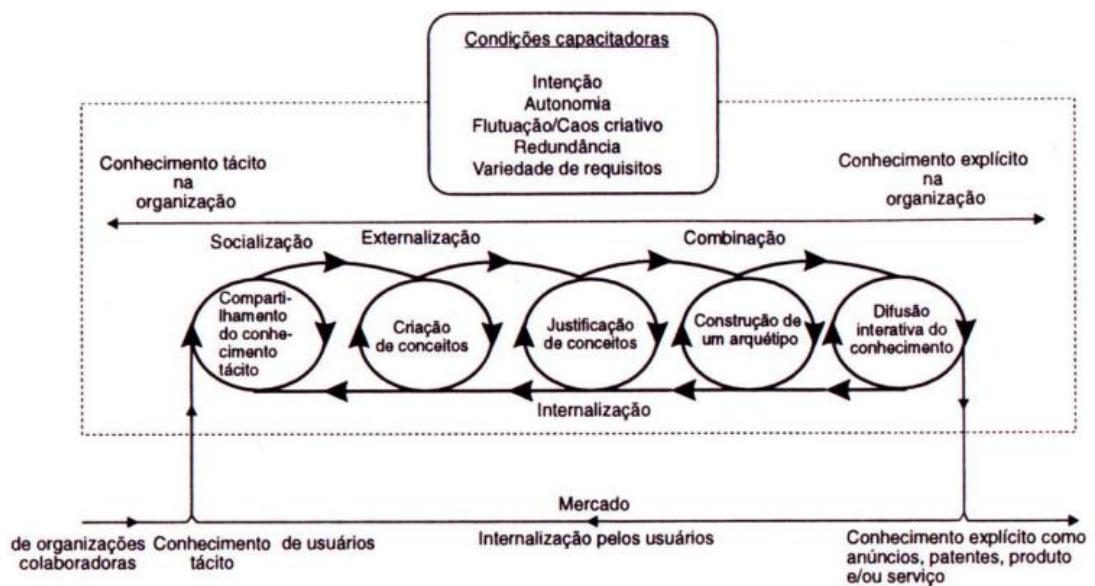
Não restam dúvidas que a criação do “Manual do Aluno” se mostra indispensável para o ambiente acadêmico em que os Cadetes estão inseridos, visto que o compartilhamento dos conhecimentos essenciais para a sobrevivência neste ambiente irá trazer um melhor desempenho aos Cadetes, facilitando aprendizado, aumentando a abrangência de conhecimento das normas e facilitando a propagação e difusão dos conhecimentos.

A Criação do “Manual do Aluno” completará algumas fases do ciclo de criação de conhecimento na gestão do conhecimento, que seria a “Construção de um arquétipo” e

“Difusão interativa do conhecimento”, tornando o conhecimento que a princípio seria um conhecimento tácito em um conhecimento explícito na corporação. A criação do conhecimento passa por um ciclo de cinco fases, a primeira fase seria o compartilhamento de conhecimentos tácitos, a segunda fase seria a criação de conceitos, a terceira fase há a justificação de conceitos, a quarta fase haverá a construção de um arquétipo e a quinta e última fase seria onde ocorre a difusão interativa do conhecimento, segundo Nonaka e Takeuchi (1997).

Verifica-se que a Polícia Militar do Estado de Goiás já per fez as fases de compartilhamento de conhecimento tácito, de criação de conceitos e de justificação de conceitos, visto que, já compartilha conhecimentos informalmente e por meio de instruções, já possui diversos conceitos inclusive em normas esparsas que trazem as justificativas de tais conceitos. Dessa forma, é cristalino a necessidade da criação do “Manual do Aluno”, completando, por conseguinte as demais fases do ciclo de criação de conhecimento. Ao instituir o “Manual do Aluno” estará construindo um arquétipo, ou seja, um documento padronizado e além disso, facilitará a difusão dos conhecimentos constante do Manual.

Figura 8 – As Cinco Fases do Processo de Criação do Conhecimento.



Fonte: Nonaka; Takeuchi (1997).

Para entender como se dá o nascimento de inovações dentro de uma organização é indispensável entender como se dá a eclosão de conhecimentos na organização Nonaka e Takeuchi (1995). Historicamente a Polícia Militar do Estado de Goiás é uma instituição que preza por normas e regulamentos, desde questões mais simples como o regulamento de continências bem como de questões mais graves como o regulamento disciplinar, visto que,

possui bastante similaridade com as Forças Armadas, copiando e compartilhando princípios e doutrinas.

Nesta seara, também tem-se que a criação de portarias e regulamentos por parte da Polícia Militar do Estado de Goiás cumpre com o princípio constitucional da legalidade, regulando os interesses institucionais por meio de documentos formais e legais. Além disso, com a criação de normatizações por meios formais, a Administração Pública concede presunção de legitimidade para os seus atos.

Devido a tradição histórica de criação de regulamentos herdada das Forças Armadas, e em decorrência da exigência do princípio constitucional da legalidade para que a Administração Pública trate do interesse público por meios formais, tem-se um universo de normatizações, dentre estas, as normas de ensino. Neste cenário, surge a necessidade de aplicação dos conhecimentos da gestão de conhecimento, visando facilitar o acesso e aprendizado pelos destinatários das normas, no caso em apreço, pelos Cadetes.

Além disso, McNabb (2007) destaca que, de acordo com sua concepção, um propósito fundamental da Gestão do Conhecimento (GC) é capacitar os membros das organizações, proporcionando-lhes o poder de compartilhar e reutilizar os conhecimentos gerados. No entanto, ele ressalta que, no contexto do setor público, a GC enfrenta desafios específicos e, portanto, precisa desenvolver e manter a capacidade de: (a) Identificar as informações relevantes para a realização da missão da organização; (b) Fortalecer a colaboração entre as agências; (c) Armazenar, organizar e catalogar o conhecimento indispensável para a organização de maneira que possa ser usado no presente ou em um futuro distante.

Neste sentido, com a criação do “Manual do Aluno” a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás poderá armazenar, organizar e catalogar o conhecimento indispensável para a realização do Curso de Formação de Oficiais atual e conseguintes, ocasionando a perpetuação do conhecimento organizado e obtendo êxito no desempenho de sua atividade de ensino. Outrossim, a criação de um “Manual do Aluno” proporcionará um aprendizado organizado e coletivo das normas.

Discussões formais sobre sugestões de conteúdo que devem integrar o manual, formato do manual, e os meios em que o manual será disponibilizado torna-se imprescindíveis para que haja essa inovação acadêmica no âmbito da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás. Prorrogar discussões a respeito da criação de um “Manual do Aluno” é ignorar um problema organizacional evidente.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo visou propor melhorias para a internalização das regras de ensino de cadetes do curso de formação de oficiais do Comando da Academia de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás. Além disso, analisou as Normas Gerais de Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, verificando a percepção de internalização dessas normas pelos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO, definindo sob a ótica da Gestão do Conhecimento melhoria para o funcionamento do Serviço Militar.

Neste sentido, foi aplicado um questionário aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO, no âmbito do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), um total de 53 respostas de um total de 103 Cadetes, correspondendo a uma taxa de resposta de 51,5%, intervalo de confiança de 95% e erro de 9,5%.

A pesquisa aplicada aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás revelou um perfil majoritariamente jovem, masculino, solteiro, sem filhos e com formação acadêmica sólida. A maioria dos cadetes possui até 5 anos de serviço na PMGO.

Em um segundo momento, realizando um levantamento em relação às normas de ensino, identificou-se uma percepção variada quanto ao conhecimento dos regulamentos, com maior familiaridade com o Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101 e a Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (NGA).

O acesso às normas se deu principalmente via WhatsApp, e a maioria dos cadetes internalizou as informações por meio da leitura. A criação de um "Manual do Aluno" foi amplamente apoiada pelos cadetes como um meio facilitador da compreensão das normas. Os dados apresentados nas respostas do questionário sugerem que há necessidade de aprimorar os métodos de ensino e acesso às normas, e a implementação de um manual consolidado pode ser uma solução eficiente para melhorar a internalização das regras e o desempenho dos cadetes.

Neste sentido, visando trazer uma resposta prática e objetiva, mostra-se imprescindível a criação de um "Manual do Aluno", contendo regras visuais e sumarizadas que facilitaria o entendimento das normas.

A criação do “Manual do Aluno” irá facilitar o aprendizado das normas, proporcionando um conhecimento amplo, um melhor desempenho aos Cadetes. Além disso, proporcionará uma organização institucional, facilitando inclusive as funções dos próximos Coordenadores do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás ao ter

um documento único, organizado e revisado para divulgação aos seus discentes, tendo uma certa continuidade dos conhecimentos aplicados e divulgados aos Cadetes da 47ª Turma do Curso de Formação de Oficiais – CFO, excluindo o retrabalho de ter que procurar novamente por normas esparsas para um posterior compartilhamento com novos discentes.

Outrossim, sugere-se a criação de uma comissão multidisciplinar, e que esta realize pesquisas futuras e reuniões institucionais com discussões formais sobre a criação do “Manual do Aluno”, sobre questões ligadas aos conteúdos essenciais para o manual, formatações e meios de disponibilização institucional do manual.

O presente trabalho teve como limitação a dificuldade em realizar o estudo comparado com as corporações militares das demais unidades federativas do nosso país. A conclusão deste trabalho ressalta a importância crucial de melhorar a internalização das normas de ensino entre os cadetes da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás. Os resultados evidenciam que, embora os cadetes possuam um nível razoável de conhecimento sobre as normas, há um espaço significativo para melhorias, especialmente na forma de acesso e internalização desses regulamentos. A criação de um "Manual do Aluno" emergiu como uma solução prática e necessária, facilitando o aprendizado e a difusão do conhecimento.

Este estudo contribui de forma substancial ao identificar lacunas no processo de ensino e ao propor soluções inovadoras, reforçando a necessidade de métodos mais eficazes e sistematizados para garantir que os cadetes não apenas conheçam, mas compreendam profundamente as normas que regem sua formação.

A implementação de tais melhorias não só aumentará a eficácia do processo educativo, mas também assegurará um desempenho mais eficiente e bem-informado dos futuros oficiais, fortalecendo a estrutura institucional da Polícia Militar do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALVARES, L. **Sistemas de Gestão do Conhecimento: Requerimentos**. Brasília: UNB, 2018. Disponível em: <<http://lillianalvares.fci.unb.br/phocadownload/Estudos/ISO%2030401.pdf>>.

Acesso em 05 mar. 2024.

ALMEIDA, M. B. **Noções básicas sobre metodologia de pesquisa científica**. DTGI-ECI/UFMG, 2023. Disponível em: <https://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>.

Acesso em: 09/03/2024.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BATISTA, F. F. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/754>>. Acesso em 05 mar. 2024.

BOLSONARO, L. P. L.; VILARINHO, T. F.; HAMADA, H. H. Análise dos currículos dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Senasp. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. 3 ed. Coord.: PASSOS, A. S. *et al.* Brasília: SENASP, 2014. Disponível em: encurtador.com.br/osDL0. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governança de Ferramentas de Gestão do Conhecimento**. Brasília: TCU, 2022.

CORRÊA, D. A. *et al.* Impactos do bônus demográfico para gestão de pessoas. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n.3, 2016.

DE SÁ FREIRE, P. *et al.* Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de ciências da administração**, v. 14, n. 33, p. 41-51, 2012.

DOROTEU, L. R. Exigência de formação superior para recrutamento e seleção de oficiais da polícia militar do distrito federal: egressos x ingressantes. **Revista de Administração da UEG**, v. 8, n. 1, p. 85, 2017.

GOIÁS. **Decreto nº 3540**, de 29 de outubro de 1990. Aprova o Regulamento da Academia de Polícia Militar. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/62330/pdf>. Acesso em 11 mar. 2024

HAIR, J. F. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 30401:2018**: Sistemas de Gestão do Conhecimento – Requisitos. Genebra: ISO, 2018.

LUCHETTI, M. S. R. **O Ensino no Exército Brasileiro**: histórico, quadro atual e reforma. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

McNABB, D. **Knowledge Management in public sector**. A blueprint for innovation on Governement. M.E. Sharpe . New York, 2007.

MUSUMECI, L.; SOARES, B. M. Polícia e Gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**, v. 5, n. 1, 2004.

- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company: How Japanese companies create the dynamics of innovation**. Oxford University Press, 1995.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na Empresa: Como as Empresas Japonesas Geram a Dinâmica da Inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Gestão do Conhecimento**. Bookman; Porto Alegre – RS; 2008.
- PEREIRA, M. C.; DOS SANTOS, A. C.; DE BRITO, M.J. Tecnologia da informação e Gestão do Conhecimento em uma Organização Militar: Uma abordagem interpretativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 3, p. 166-181, 2005.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- QUEIROZ, S. M. W.; SANTOS, G. R.; SILVA, J. M. D. **O Impacto do Aplicativo WhatsApp Menssenger nas Relações de Trabalho e os Reflexos na Comunicação Interna das Empresas**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba. 2017
- QUINTILIANO-JÚNIOR, L. M. **Manual de orientação para alunos dos cursos de letras da UFTM**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020.
- SALLES, A. L. B. **Acesso às informações acadêmico-administrativas: a avaliação do Manual do Estudante de Economia da UFRJ**. 2021. Tese de Doutorado. Fundação Cesgranrio.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.
- SILVA, C. R. O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.
- SOUZA, J.M. *et al.* **Gestão do conhecimento e memória de grupo**. In: Pimentel M; Fucks H; (org) **Sistemas Colaborativos**. Rio de Janeiro: SBC/Elsevier, p. 206-220, 2011.
- SPRENGER, M. **Differentiation through learning styles and memory**. Corwin Press, 2008.
- STANKOWITZ, R.F. **Gestão do Conhecimento**. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Polícia Militar
do Estado
de Goiás



ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO DO CAPM

Referência: Processo nº 202400002069390

Interessado(a): DIRETORIA DE ENSINO DO CAPM

Assunto: Autorização para aplicação de formulário junto aos Cadetes.

DESPACHO Nº 169/2024/PM/DIR.ENS-CAPM-16345

I - Ciente do teor da Parte 23;

II - A Diretoria de Ensino autoriza o CAD PM 38.857 Rhenan Lemes **DINIZ** Silva, a aplicar de formulário a ser preenchido no "Google Forms" ([link formulário](#)) pelos Cadetes da 4ª Turma do Curso de Formação de Oficiais - CFO, no qual tem como objetivo verificar a percepção de internalização das Normas Gerais de Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás pelos Cadetes.

III - Conclua-se o presente processo.

GOIANIA, 29 de maio de 2024.

LEON DENIS DA COSTA - TEN CEL PM
Diretor de Ensino da Academia de Polícia Militar



Documento assinado eletronicamente por **LEON DENIS DA COSTA**, **Diretor**, em 29/05/2024, às 09:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DE COMPREENSÃO DAS NORMAS DE ENSINO PELOS CADETES DE 2024

27/05/2024, 19:42

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreens...

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreensão a partir da ótica dos cadetes de 2024.

* Indica uma pergunta obrigatória

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCLE BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre a **NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreensão a partir da ótica dos cadetes de 2024** e está sendo desenvolvida pela discente RHENAN LEMES DINIZ SILVA, do Curso de MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA, sob a orientação da Professora Ma. Sophia Wieczorek Lobo. O objetivo do estudo é propor melhorias para a internalização das regras de ensino de cadetes do curso de formação de oficiais do Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, e trazer soluções práticas para os órgãos de ensino.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa através do seguinte contato:

Rhenan Lemes Diniz Silva - (62)9 84930803 - renan234_@hotmail.com

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Goiânia, abril de 2024.

27/05/2024, 19:42

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreens...

1. Você é maior de 18 anos? Se sim, leu o Termo de Consentimento Livre e esclarecido relatado acima, aceitando participar da pesquisa de forma voluntária e anônima? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sou maior de 18 anos, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceito participar da pesquisa.
- Não, não sou maior de 18, não li o termo ou não aceito participar da pesquisa.

Dados sociodemográficos

(garante-se o anonimato do respondente)

2. Qual sua idade (anos)? *

Marcar apenas uma oval.

- 20-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- mais de 60 anos

3. Qual seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não informar

27/05/2024, 19:42

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreens...

4. Qual seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- União Estável
- Viúvo(a)
- Prefiro não informar

5. Você possui filhos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. Qual seu grau de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Perfil do respondente

(garante-se o anonimato do respondente)

7. Qual seu Posto / Graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Aluno Soldado
- Soldado
- Cabo
- 3º Sargento
- 2º Sargento
- 1º Sargento
- Subtenente
- Aluno Choa
- Cadete
- Aspirante
- 2º Tenente
- 1º Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente-Coronel
- Coronel

8. Qual o tempo é Policial Militar do Estado de Goiás? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 a 20 anos
- Acima de 21 anos

9. Tem ou teve sua lotação no CAPM-GO? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, estou lotado no CAPM-GO (temporariamente ou não)
- Sim, já fui lotado no CAPM-GO, mas atualmente estou lotado em outro lugar
- Não, nunca fui lotado na CAPM-GO

Percepção dos Cadetes do Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás sobre a internalização de normas

Qual seu grau de concordância com cada uma das afirmações abaixo:

10. Conheço, com profundidade necessária ao exercício do trabalho, o Regimento de Ensino pela Portaria n. 13313/2020. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

11. Conheço, com profundidade necessária ao exercício do trabalho, o Regulamento da Academia de Polícia Militar pelo Decreto n. 3.540/1990. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

12. Conheço, com profundidade necessária ao exercício do trabalho, o Procedimento Administrativo Padrão (PAP) 101, que trata das funções do Serviço de Dia do CAPM. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

13. Conheço, com profundidade necessária ao exercício do trabalho, o Decreto n. 145/1971 que regulamenta o departamento de Instrução da Polícia Militar do Estado. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

14. Conheço, com profundidade necessária ao exercício do trabalho, a Norma Geral de Ação de Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (NGA) estabelecida no Anexo Único/2023 – PM/DIR.ENS-CAPM-16345. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

Escolha uma das alternativas em cada uma das perguntas abaixo:

15. O seu acesso às normas se deu majoritariamente por quais meios? *

Marcar apenas uma oval.

- Whatsapp
- Sites de busca
- Site institucional
- Na instrução
- Outro: _____

16. O seu acesso às normas foi majoritariamente: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito fácil
- Fácil
- Regular
- Difícil
- Muito difícil
- Não sei opinar

17. Das normas que você teve acesso, qual método usou para internalizar a informação? *

Marcar apenas uma oval.

- Leitura do documento
- Leitura de resumo
- Assisti vídeo institucional explicativo
- Aplicação prática no formato de estágio
- Outro: _____

27/05/2024, 19:42

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreens...

18. Das normas que teve acesso, você considera o seu entendimento delas: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Pouco
- Não possui entendimento das normas

19. Das normas que teve acesso, qual o grau de importância que considera dela(s)? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Razoavelmente importante
- Pouco importante
- Sem importância

20. A compreensão dessa(s) norma(s) foi: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito fácil
- Fácil
- Nem fácil, nem difícil
- Difícil
- Muito difícil

27/05/2024, 19:42

NORMAS GERAIS DE ENSINO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: a percepção de compreens...

21. Considera que um "Manual do Aluno" contendo regras visuais e sumarizadas facilitaria o entendimento das normas? *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

22. Possui sugestões de melhorias para o acesso e internalização das regras de ensino pelos cadetes do curso de formação de oficiais do Comando de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários